

Síntese

Combate ao Trabalho Infantil:

Análise Resumida das Políticas Públicas

Overview

Combating Child Labour: A Review of Policies

Portuguese translation

As sínteses são excertos de publicações da OCDE, encontrando-se
livremente disponíveis na livraria em linha :

www.oecd.org/bookshop/

Esta síntese não é uma tradução oficial da OCDE.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

Síntese

A opinião pública tem-se manifestado profundamente preocupada relativamente à existência persistente de trabalho infantil. A verdade é que, apesar do número crescente de países que têm ratificado as convenções internacionais sobre a eliminação do trabalho infantil e da regularidade com que são conduzidas campanhas de sensibilização, muitas crianças continuam a trabalhar: segundo estimativas da OIT, mais de 12% das crianças de todo o mundo com idades compreendidas entre os 5 e os 9 anos trabalham e esse número sobe para 23% no caso das crianças com 10 a 14 anos. Entre as crianças trabalhadoras, cerca de 179 milhões estão sujeitas às “piores formas” de emprego, tais como trabalho perigoso, tráfico, trabalho forçado, servidão, prostituição e outras actividades desenvolvidas em condições de exploração.

No entanto, quando se pondera a melhor maneira de eliminar o trabalho infantil, é fundamental reflectir-se sobre a raiz do problema—porque, como o presente relatório demonstra, algumas das soluções propostas podem revelar-se contraproducentes. Por conseguinte, este relatório tem por objectivo examinar os factores subjacentes ao trabalho infantil e, à luz desses factores, analisar os mecanismos e as políticas públicas que permitam promover a redução do trabalho infantil.

O trabalho infantil pode ser uma ameaça ao desenvolvimento económico

O trabalho infantil pode ameaçar a saúde das crianças que o realizam e reduzir o desenvolvimento do capital humano—afectando negativamente o futuro crescimento económico. Para começar, as crianças sujeitas a longas horas de trabalho não podem frequentar a escola e, portanto, as possibilidades de desenvolverem o seu capital humano são limitadas. Em segundo lugar, determinadas formas de trabalho infantil (em condições perigosas) podem afectar as condições de saúde e a longevidade das crianças, reduzindo assim igualmente o seu capital humano. A incidência de ferimentos entre as crianças trabalhadoras chega a atingir 17% em alguns países para os quais existem dados disponíveis. Por último, e mais importante, as “piores formas” de trabalho têm efeitos devastadores na saúde e no desenvolvimento psicológico das crianças envolvidas nessas actividades.

No entanto, nem todas as formas de trabalho são necessariamente prejudiciais à saúde e ao desenvolvimento do capital humano das crianças. É o caso das tarefas leves, implicando poucas horas de trabalho, ou do trabalho sazonal realizado em condições não exploratórias, desde que estas actividades sejam compatíveis com a frequência escolar. Estas formas de trabalho podem ser importantes fontes de rendimento e trabalho para as famílias pobres, permitindo ao mesmo tempo o desenvolvimento do capital humano.

Por sua vez, os factores relacionados com o desenvolvimento explicam certas formas de trabalho infantil

As causas do trabalho infantil são complexas e multifacetadas, observando-se uma combinação entre factores de oferta e procura. Em muitos casos, as crianças trabalham com os pais, integradas na empresa ou exploração agrícola familiar: é por esse motivo que, muitas vezes, as crianças “não são pagas”. Torna-se, pois, essencial compreender o processo de tomada de decisão do *agregado familiar*, que se baseia nos seguintes factores-chave:

Rendimento proveniente do trabalho infantil. Por sua vez, este pode ser influenciado pela natureza da tecnologia: quanto maior a procura de trabalho não especializado, mais elevado o recurso ao trabalho infantil (normalmente não especializado). Afirma-se por vezes que existe uma maior procura de trabalho infantil em determinadas actividades, como o fabrico de tapetes, devido a supostas características físicas das crianças – “argumento da agilidade digital”. No entanto, esses factores relacionados com a procura desempenham um papel ínfimo no conjunto.

Retorno previsto à formação escolar. Por sua vez, este depende da disponibilidade dos recursos educativos e factores de qualidade. Segundo os estudos disponíveis e a informação documentada fornecida pelo presente relatório, os custos escolares e a qualidade da educação têm um peso decisivo na decisão que os pais tomam de enviar os filhos para a escola—por oposição ao trabalho. De facto, conhecem-se casos em que a qualidade da educação é tão fraca que os pais entendem haver poucas vantagens em mandar os filhos à escola.

Nível global do rendimento e riqueza do agregado familiar. Mesmo nos casos em que se criam incentivos para favorecer a formação escolar, o rendimento familiar e a situação patrimonial do agregado familiar podem levar as famílias a mandarem os filhos trabalhar. Em particular, segundo apurado por alguns estudos, é necessário que os salários dos adultos atinjam um determinado nível para que os pais consigam mandar os filhos à escola. No entanto, será necessário analisar mais profundamente a informação para se esclarecer este problema crucial.

Algumas circunstâncias especiais—por exemplo, a morte dos pais, factores de natureza comunitária, ou relativos ao meio socio-económico (sobretudo no caso de servidão)—estão muitas vezes subjacentes às piores formas de emprego infantil.

Solucionar o problema do trabalho infantil exige uma perspectiva política pluridimensional

Quando se pretende eliminar o trabalho infantil, é preciso ter em conta todas estas dinâmicas complexas. Embora algumas formas de trabalho infantil sejam inaceitáveis e devam ser urgentemente eliminadas, outras estão estreitamente ligadas ao processo de desenvolvimento. A experiência recente mostra ser importante optar-se por uma perspectiva abrangente, que inclua: a adopção de legislação sobre o trabalho infantil compatível com as realidades do mercado, medidas para melhorar o acesso à formação escolar e a qualidade desta, incentivos financeiros e programas para fornecer alimentos às escolas e melhorar a sensibilização comunitária ou social. Também possível combinar escola e trabalho, desde que este satisfaça determinadas condições. As soluções políticas devem também ter em consideração que, muitas vezes, as realidades do trabalho infantil divergem muito entre rapazes e raparigas.

As soluções normativas são importantes, embora as normas “irrealistas” possam revelar-se contraproducentes

As iniciativas levadas a cabo pelas organizações internacionais no sentido de eliminar o trabalho infantil contribuíram especialmente para sensibilizar melhor as pessoas para o problema. Estas iniciativas são particularmente importantes na luta contra as piores formas de trabalho infantil e, em alguns casos, podem também contribuir para angariar ajuda financeira para apoio a programas específicos. No entanto, uma vez que, em muitos casos, o trabalho infantil está intrinsecamente associado ao processo de desenvolvimento, é ilusório pensar que possa ser totalmente eliminado se não se tomarem outras medidas que intensifiquem as oportunidades de desenvolvimento.

É obviamente importante a existência de legislação nacional que proíba o trabalho infantil abaixo de determinada idade, bem como de mecanismos adequados de aplicação da lei. Contudo, quando se prepara legislação é preciso ter em conta dois factores importantes: a) a fixação da idade mínima de emprego deve atender às realidades (e à pobreza) do mercado—caso contrário, corre-se o risco de que a aplicação da legislação force as crianças a trabalhar na economia informal ou em condições mais perigosas, sendo portanto contraproducente; e b) a legislação sobre a idade mínima de emprego deve ser compatível com a legislação sobre a escolaridade obrigatória.

É essencial uma melhor educação, incentivos financeiros específicos e estratégias de desenvolvimento globais

Em termos mais gerais, a legislação e a aplicação da lei não podem ser bem sucedidas por si só sem medidas complementares que garantam a eficácia de custos, de maneira que os agregados familiares pobres possam mandar os seus filhos à escola. Essas medidas podem assumir a forma de incentivos financeiros específicos dadas às famílias que mandam os filhos à escola (caso do programa mexicano *Progresá*), adaptando-se o montante do incentivo em função do progresso escolar.

As estratégias de crescimento económico e de maior desenvolvimento irão evidentemente facilitar a redução progressiva do trabalho infantil. Uma liberalização do comércio bem sucedida poderá ajudar a mobilizar recursos para estas estratégias.

A responsabilidade social das empresas pode também ajudar se for adequadamente supervisionada e vinculada a oportunidades alternativas para as crianças

A proliferação de códigos de conduta, declarações de empenhamento social e outras iniciativas privadas são uma reacção importante às prioridades sociais manifestadas pelos consumidores e pela opinião pública. Estas iniciativas privadas podem ser uma ferramenta complementar no combate ao trabalho infantil, mas apenas na medida em que forem adequadamente supervisionadas e oferecerem alternativas efectivas ao trabalho infantil—caso contrário, corre-se o risco de transferência do trabalho infantil para outras actividades, por vezes agravando o problema.

Precisa-se urgentemente de um empenhamento mais forte no combate às piores formas de trabalho infantil

A terminar, o combate às piores formas de trabalho infantil deve tornar-se prioritário: é preciso reforçar o combate às redes de tráfico de crianças e de prostituição infantil. Este reforço exige uma maior cooperação internacional no campo judiciário e, acima de tudo, vontade política mais forte a todos os níveis e a determinação de erradicar práticas tão absolutamente intoleráveis.

Esta síntese é uma tradução dos excertos da publicação original da OCDE publicada com os seguintes títulos em Inglês e Francês:

**Combating Child Labour: A Review of Policies
Combattre le travail des enfants: un bilan des politiques
© 2003, OECD.**

As publicações e as sínteses da OCDE estão disponíveis na livraria em linha da OCDE no website www.oecd.org/bookshop/

Na livraria em linha da OCDE no campo "Title Search" digite "overview" ou digite o título da publicação em Inglês (as sínteses estão ligadas pelo título original em Inglês).

As sínteses são preparadas pela Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.
email : rights@oecd.org / Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD, 2003

A reprodução desta síntese é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.